Intervenção do Deputado José Andrade
no debate da proposta de programa do XI Governo Regional
Horta, 21 de Novembro de 2012

Senhora Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Na minha primeira intervenção parlamentar, quero saudar, indistintamente, todas as senhoras e senhores deputados que corporizam a casa maior e que protagonizam a causa comum da nossa Autonomia dos Açores.

E quero cumprimentar o governo resultante da vontade expressa do povo açoriano, na pessoa do seu novo presidente, desejando-lhe sucesso político em benefício dos Açores.

Senhora Presidente
Senhoras e Senhores Deputados e Membros do Governo

Neste debate da proposta de programa do XI Governo dos Açores, venho falar-vos de Cultura, de Comunidades Açorianas e de Comunicação Social.

São três áreas importantes que concorrem, cumulativamente, para a afirmação da nossa identidade, para a unidade do nosso povo, para o desenvolvimento da nossa terra.

A Cultura distingue e valoriza o povo açoriano nas ilhas e no mundo. Ela fundamenta e qualifica a sociedade açoriana com memória e com futuro. Num mundo marcado pela globalização e num tempo formatado pela *googalização*,

a cultura é causa e efeito do processo de desenvolvimento. Por isso o seu investimento é estratégico e o seu retorno é transversal.

Como bem referiu o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura este fim-de-semana em Angra do Heroísmo, a Cultura é obrigatória e transversal no desenvolvimento dos Açores – o que cria a natural expetativa de que o programa de governo será não apenas integralmente cumprido mas até bondosamente ultrapassado na sua modesta orientação setorial.

Por outro lado, as Comunidades Açorianas são embaixadores culturais da açorianidade mas também podem e devem ser parceiros privilegiados do desenvolvimento económico.

E, por sua vez, a Comunicação Social reúne as ilhas, projeta a Região e consolida a Diáspora.

Estamos, portanto, perante três áreas que devem ser determinantes na definição – e, sobretudo, na implementação – da orientação programática de um governo que se quer com espírito contemporâneo e com visão estratégica, virado para a frente e para fora.

Sobre estas componentes da proposta de programa fizemos uma apreciação partilhada com instituições culturais, com Casas dos Açores e com orgãos de comunicação, consultando e considerando o saber da sua experiência.

As opiniões recolhidas sobre o documento em apreço coincidem geralmente com a nossa: a Cultura é de mera continuidade, as Casas dos Açores são ignoradas, a Comunicação Social não existe.

Nós teríamos feito diferente. Por várias razões.

Em primeiro lugar, este programa consegue falar de **Cultura** para os novos desafios do futuro próximo com as mesmas respostas do passado recente.

Destaco aqui duas medidas interessantes: criar o Programa Canto da Maia de mobilidade cultural para criadores e produtos culturais e criar uma Incubadora de Indústrias Culturais e Criativas. Mas, em geral, falta mais visão, mais ambição e mais inovação.

Pela nossa parte, teríamos privilegiado uma gestão de parceria, por exemplo com um Conselho Regional de Cultura; teríamos garantido uma atuação descentralizada, com pólos locais de articulação e dinamização de equipamentos e eventos; teríamos valorizado a produção cultural, com a criação do "Estatuto do Artista"; teríamos apostado na afirmação exterior, com uma agência para a promoção da cultura açoriana em Portugal e no Mundo.

Em segundo lugar, este programa consegue falar de **Diáspora** apenas numa perspetiva estritamente cultural e preencher quatro páginas de Comunidades Açorianas sem fazer uma única referência às Casas dos Açores.

Pela nossa parte, teríamos encarado as Comunidades Açorianas no mundo como fator de desenvolvimento e crescimento económico dos Açores representando, simultaneamente, um mercado potencial e um instrumento promocional da nossa economia. E, valorizando o papel das Casas dos Açores, teríamos potenciado a sua transformação estratégica em veículos ativos de diplomacia económica e cultural da Região.

Em terceiro lugar, este programa consegue não falar de **Comunicação Social**. Não há aqui uma preocupação de apoio à fragilizada missão das empresas privadas de imprensa e radiodifusão e nem sequer um princípio que legitime futuras iniciativas no quadro ameaçado do serviço público de Rádio e Televisão.

A 8 de junho, em Ponta Delgada, o candidato do PS comprometeu-se com a criação de uma empresa totalmente pública e regional de Televisão e Rádio. Esta promessa eleitoral não ficou consagrada no programa de governo.

Pela nossa parte, teríamos assumido expressamente o compromisso programático de apoiar, de forma clara e transparente, as empresas privadas de comunicação social. E, reafirmando a responsabilidade nacional do serviço público de Rádio e Televisão, teríamos consagrado, para a sua melhor prestação nos Açores, a criação de uma Sociedade Anónima participada pelo Estado, pela Região e por instituições representativas da sociedade açoriana.

Somos consequentes com as nossas preocupações eleitorais e, por isso mesmo, propomo-nos desenvolver, desde logo, um processo próprio de auscultação alargada dos orgãos locais de comunicação social que poderá culminar na proposta partilhada de um novo sistema de apoio adequado à conjuntura que enfrentamos e alusivo à pluralidade que não dispensamos.

Senhora Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Detetamos e denunciamos estas insuficiências e estas lacunas, mas assumimos e apresentamos estas diferenças e estas propostas, porque queremos contribuir de boa fé para o aperfeiçoamento, sempre possível, de um documento orientador do desenvolvimento dos Açores nos próximos quatro anos.

É esta a postura responsável que queremos manter: uma oposição positiva, uma crítica construtiva, uma proposta alternativa.

Nestas áreas como em todas as outras, mais do que o governo do PS ou a oposição do PSD, o que importa é o interesse dos Açores.